ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2023

Índice

Balanço em 31 de dezembro de 2023 2
Demonstração dos Resultados por Naturezas para o período findo em 31 de dezembro 2023 .. 3
Demonstração de Fluxos de Caixa 2023 4
Demonstração das Variações de Fundos Patrimonais 2023 5
Anexo 6
1. Identificação da Entidade 6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 6
3. Principais Políticas Contabilísticas 6
3.1. Bases de Apresentação 6
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração 8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 12
5. Ativos Tangíveis e Intangíveis e Bens do Património Histórico e Cultural 13
6. Subsídios e Outros Apoios de Entidades Públicas 14
7. Rédito 14
8. Benefícios dos Empregados 14
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 15
10. Outras Informações 15
10.1. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes 15
10.2. Caixa e Depósitos Bancários 15
10.3. Inventários 16
10.4. Fundos Patrimoniais 16
10.5. Diferimentos 16
10.6. Fornecedores e Outros Passivos Correntes 17
10.7. Estado e Outros Entes Públicos 17
10.8. Fornecimentos e Serviços Externos 18
10.9. Outros gastos e perdas e juros e gastos similares 18
10.10. Outros Rendimento e Ganhos e Juros e Rendimentos Similares 19
10.11. Acontecimentos após data de Balanço 20

Balanço em 31 de dezembro de 2023

(ESNL)

Montantes expressos em Euros

Rubricas	Notas	2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	587 122,52	601 897,78
Ativos intangíveis	5	203 085,13	211 423,56
Investimentos financeiros		1 472,90	1 518,52
Subtotal		791 680,55	814 839,86
Ativo corrente			
Inventários	10	84 277,37	77 142,88
Créditos a receber	10	24 369,09	17 270,68
Diferimentos	10	11 926,14	58 922,36
Outros ativos correntes	10	24 756,26	18 929,52
Caixa e depósitos bancários	10	306 697,48	447 316,49
Subtotal		452 026,34	619 581,93
Total do ativo		1 243 706,89	1 434 421,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	10	424 132,55	351 148,65
Ajustamentos / Outras variações de fundos patrimoniais	10	780 054,98	780 054,98
Subtotal		1 204 187,53	1 131 203,63
Resultado líquido do período	10	-158 961,04	72 983,90
Total dos fundos patrimoniais		1 045 226,49	1 204 187,53
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	10	10 932,72	12 303,35
Estado e outros entes públicos	10	14 712,68	20 716,53
Diferimentos	10	87 340,00	139 040,00
Outros passivos correntes	10	85 495,00	58 174,38
Subtotal		198 480,40	230 234,26
Total do Passivo		198 480,40	230 234,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 243 706,89	1 434 421,79

O Contabilista Certificado

A Direção

Demonstração dos Resultados por Naturezas para o período findo em 31 de dezembro 2023

(ESNL)

Montantes expressos em Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	7	819 320,92	412 040,65
Subsídios, doações e legados à exploração	6	157 914,45	138 792,28
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-143 326,61	-139 440,12
Fornecimentos e serviços externos	10	-629 854,95	-180 967,16
Gastos com o pessoal	8	-122 558,62	-100 404,32
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões especificas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	10	173 757,44	130 316,43
Outros gastos	10	-380 243,33	-149 727,94
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-124 990,70	110 609,82
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-28 097,93	-28 837,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-153 088,63	81 772,73
Juros e rendimentos similares obtidos	7/10	8,76	28,68
Juros e gastos similares suportados	10	0,00	-151,66
Resultado antes de impostos		-153 079,87	81 649,75
Impostos sobre o rendimento do período	10	-5 881,17	-8 665,85
Resultado líquido do período		-158 961,04	72 983,90

O Contabilista Certificado

A Direção

Demonstração de Fluxos de Caixa 2023

Montantes expressos em Euros

Rúbricas	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		748 819,86	389 443,14
Pagamentos a fornecedores		-735 375,08	-377 347,11
Pagamentos ao pessoal		-123 561,08	-98 912,89
Caixa gerada pelas operações		**-110 116,30**	**-86 816,86**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-8 665,85	-3 995,25
Outros recebimentos/pagamentos		-191 653,15	-32 813,64
Fluxos de caixa das atividades operacionais		**-293 103,60**	**-115 635,25**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	-4 984,49	-3 725,03
Ativos intangíveis		-499,75	
Investimentos financeiros			-239,69
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	5		2 000,00
Investimentos financeiros		45,62	
Ativos fixos intangíveis			
Subsídios ao Investimento	6	157 914,45	138 792,28
Juros e rendimentos similares	10	8,76	28,68
Fluxos de caixa das atividades de investimento		**152 484,59**	**136 856,24**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	10		-151,66
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		**0,00**	**-151,66**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-140 619,01	21 069,33
Caixa e seus equivalentes no início do período		447 316,49	426 247,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	306 697,48	447 316,49

O Contabilista Certificado **A Direção**

Demonstração das Variações de Fundos Patrimoniais 2023

	Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Próprios	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2023	10		351 148,65	780 054,98	72 983,90	1 204 187,53
Alterações no período:						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais:	10		72 983,90		-72 983,90	0,00
		0,00	424 132,55	780 054,98	0,00	1 204 187,53
Resultado líquido do período	10				-158 961,04	-158 961,04
Resultado extensivo					-158 961,04	1 045 226,49
Operações com instituidores no período						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2023	10	0,00	424 132,55	780 054,98	-158 961,04	1 045 226,49

O Contabilista Certificado — **A Direção**

Anexo

1. Identificação da Entidade

Designação da entidade: ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL
Número de identificação de pessoa coletiva: 500989109
Lugar da sede social: TRAVESSA DAS GALEOTAS, Nº 1
Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o sistema de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. Os instrumentos legais deste normativo são os seguintes:

- Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

Todos os valores apresentados neste Anexo estão expressos em Euros.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção, inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de Vida Útil
Edifícios e outras construções	10 - 20
Equipamento básico	3 - 4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "*Despesas de investigação*" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

O valor residual de um "*Ativo Intangível*" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "*Clientes*" e as "*Outras contas a receber*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Tangíveis e Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
Ativos Tangíveis							
Saldo Inicial	78 062,14	870 334,29	46 378,35	27 185,00	32 683,02	1 022,86	1 055 665,66
Aquisições			2 909,09		2 078,83		4 987,92
Alienações							0,00
Outras transferências							0,00
Saldo Final	78 062,14	870 334,29	49 287,44	27 185,00	34 761,85	1 022,86	1 060 653,58
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo Inicial	0,00	371 635,22	41 986,10	10 682,92	28 830,79	632,85	453 767,88
Amortização do exercício		11 951,57	3 458,92	2 750,00	1 469,26	130,00	19 759,75
Alienações							0,00
Outras transferências		0,07	0,38	2,08	0,89	0,01	3,43
Saldo Final	0,00	383 586,86	45 445,40	13 435,00	30 300,94	762,86	473 531,06
Ativos Líquidos	78 062,14	486 747,43	3 842,04	13 750,00	4 460,91	260,00	587 122,52

	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativos Intangíveis				
Saldo Inicial	0,00	988,96	456 306,46	457 295,42
Aquisições				0,00
Alienações				0,00
Investimentos em curso			61 526,20	61 526,20
Outras transferências	500,00		-500,00	0,00
Saldo Final	500,00	988,96	517 332,66	518 821,62
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo Inicial	0,00	988,96	306 409,10	307 398,06
Amortização do exercício	10,00		8 328,18	8 338,18
Alienações				0,00
Outras transferências			0,25	0,25
Saldo Final	10,00	988,96	314 737,53	315 726,49
				0,00
Ativos Líquidos	490,00	0,00	202 595,13	203 085,13

6. Subsídios e Outros Apoios de Entidades Públicas

Durante o período de 2023 e 2022 os valores recebidos de subsídios reconhecidos diretamente em resultados do exercício discriminam-se da seguinte forma:

	2023	2022
IPDJ - PAJ, PAI e PAE / Formar	157 914,45	121 334,03
Subsídios de outras entidades		1 831,21
Donativos		15 627,04
	157 914,45	138 792,28

7. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2023	2022
Vendas de Bens	192 115,68	200 055,06
Prestações de Serviços	627 205,24	211 985,59
	819 320,92	412 040,65
Juros	8,76	28,68
	819 329,68	**412 069,33**

8. Benefícios dos Empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 foi de 5 e em 2023 foi de 6.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2023	2022
Remunerações	100 296,55	81 861,45
Encargos sobre remunerações	20 384,17	16 617,63
Seguros de Ac. Trabalho e doenças prof.	1 692,63	1 517,20
Outros	185,27	408,04
	122 558,62	**100 404,32**

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

As rubricas de "*Clientes*" e "*Outras Contas a Receber*", a 31 de dezembro de 2023 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

	2023	2022
Correntes		
Créditos a receber		
Clientes	24 369,09	17 270,68
Outros ativos correntes		
Outras contas a receber	24 756,26	18 929,52
	49 125,35	**36 200,20**

10.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

	2023	2022
Caixa	1 621,44	502,46
Depósitos bancários	266 576,04	340 814,03
Outros depósitos bancários	38 500,00	106 000,00
Caixa e depósitos bancários	**306 697,48**	**447 316,49**

10.3. Inventários

	2023	2022
Saldo inicial	77 142,88	59 490,21
Compras	152 235,38	158 955,41
Regularização de Existências	-1 774,28	-1 862,62
Saldo final	84 277,37	77 142,88
CMVMC	143 326,61	139 440,12

10.4. Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

	2023	2022
Fundos Patrimoniais		
Resultados Transitados	424 132,55	351 148,65
Outras variações de fundos patrimoniais	780 054,98	780 054,98
	1 204 187,53	**1 131 203,63**
Resultado Líquido do Exercício	-158 961,04	72 983,90
	1 045 226,49	**1 204 187,53**

10.5. Diferimentos

O saldo da rubrica de "Diferimentos" ativos é discriminado da seguinte forma:

	2023	2022
Diferimentos (ativos)		
Seguros	9 714,00	9 618,95
Serviços Especializados	2 212,14	71,94
Outros gastos a reconhecer	0,00	49 231,47
	11 926,14	58 922,36
Diferimentos (passivos)		
Outros rendimentos	87 340,00	139 040,00

10.6. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

O saldo das rubricas de "*Fornecedores*" e "*Outras Contas a Pagar*" é discriminado da seguinte forma:

	2023	2022
Correntes		
Fornecedores	10 932,72	12 303,35
Outras contas a pagar	85 495,00	58 174,38
	96 427,72	**70 477,73**

10.7. Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022 a rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" está discriminada da seguinte forma:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Retenções na fonte				
Imposto sobre o rendimento do período		5 881,17		8 665,85
Retenção de Impostos sobre Rendimentos				
Imp. sobre o Rend. Trab. Dep.		491,00		913,00
Imp. sobre o Rend. Trab. Indep.		0,00		404,80
Impostos sobre o Valor Acrescentado		6 349,72		8 120,51
Contribuições para a Segurança Social		1 990,79		2 571,25
Outros Impostos		0,00		41,12
	0,00	**14 712,68**	**0,00**	**20 716,53**
Estado e Outros Entes Públicos		**14 712,68**		**20 716,53**

10.8. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

	2023	2022
Trabalhos especializados	**291 516,76**	**80 266,57**
Trabalhos especializados	59 398,92	34 717,78
Vigilância e Segurança	12,17	0,00
Honorários	12 221,26	9 070,00
Comissões	2 497,68	2 425,29
Conservação e reparação	2 564,59	0,00
Outros	214 822,14	34 053,50
Materiais	**6 328,40**	**2 639,52**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 489,89	1 842,28
Material de escritório	838,51	797,24
Energia e fluidos	**6 872,89**	**8 740,92**
Eletricidade	3 262,31	4 019,88
Combustíveis	427,50	371,89
Água	3 183,08	4 349,15
Gasolina - PNEC		
Deslocações, estadas e transportes	**273 092,85**	**40 777,40**
Deslocações e estadas	273 092,85	40 777,40
Serviços diversos	**52 044,05**	**48 542,75**
Comunicação	9 324,96	10 701,25
Seguros	28 598,90	28 984,35
Limpeza, higiene e conforto	14 120,19	8 857,15
	629 854,95	**180 967,16**

10.9. Outros gastos e perdas e juros e gastos similares

A rubrica de "*Outros gastos e perdas*" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2023	2022
Outros gastos e perdas		
Impostos	163,20	161,99
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,50	
Dívidas Incobráveis		300,00
Perdas em inventários	204,06	
Gastos em perdas em Subsid. Assoc e empreen do conj	1 091,51	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		1 968,41
Correções relativas a períodos anteriores	740,02	8,76
Quotizações	30 934,39	32 636,22
Ofertas e amostras de inventários	2 045,13	2 254,43
Outros não especificados	345 064,52	106 011,23
Custos com apoios financeiros concedidos		6 386,90
	380 243,33	**149 727,94**

A rubrica de "Juros e gastos similares" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2023	2022
Juros Suportados	0,00	151,66

10.10. Outros Rendimento e Ganhos e Juros e Rendimentos Similares

A rubrica de "*Outros Rendimentos e Ganhos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2023	2022
Outros rendimentos		
Rendimentos Suplementares		
Ganhos em inventários	1 455,00	3 355,00
Ganhos em restantes ativos financeiros	844,05	516,74
Ganhos em alienações		250,00
Restituição de Impostos		
Correções relativas a exercícios anteriores	265,36	1 050,80
Excesso da estimativa para impostos	2,52	
Outros não especificados	171 190,51	125 143,89
	173 757,44	**130 316,43**

A rubrica de "*juros e rendimentos similares*" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2023	2022
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	8,76	28,68

10.11. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção em 15 de março de 2024.

Lisboa, 15 de março de 2024

O Contabilista Certificado | **A Direção**